

DO LEGALISMO À ARBITRARIEDADE: HENOCH REIS, A OPERAÇÃO AJURICABA E O CONTROLE DA OPOSIÇÃO NO INTERIOR DO AMAZONAS

FROM LEGALISM TO ARBITRARINESS: HENOCH REIAS, OPERATION AJURICABA AND THE CONTROL OF THE OPPOSITION IN THE INTERIOR OF AMAZONAS



Thiago Rocha de Queiroz¹

Resumo

O artigo analisa as estratégias políticas utilizadas durante o governo de Henocho da Silva Reis (1974-1979) no Amazonas, em meio ao período de abertura política do Brasil, com foco na chamada "Operação Ajuricaba". Nomeado a contragosto das elites locais pelo presidente Ernesto Geisel, o governador enfrentou resistência inicial entre os grupos políticos dominantes da capital. Em um cenário onde o MDB conquistava espaço no legislativo estadual, a operação buscou neutralizar a oposição por meio do uso estratégico da máquina pública e de recursos dentro do estado de exceção, sendo fundamental na garantia de vitórias eleitorais da ARENA nos pleitos municipais de 1976 e 1978, além de influenciar a legislação eleitoral nacional até 1984. O estudo evidencia como o controle político no interior do Amazonas foi estruturado para garantir a manutenção de uma elite no poder, explorando articulações locais e crises da oposição.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Legislação eleitoral; Operação Ajuricaba.

Abstract

The article analyzes the political strategies employed during the government of Henocho da Silva Reis (1974-1979) in Amazonas, amidst Brazil's political opening period, focusing on the so-called "Operation Ajuricaba." Appointed against the wishes of local elites by President Ernesto Geisel, the governor initially faced resistance from the dominant political groups in the capital. In a scenario where the MDB was gaining legislative power at the state level, the operation sought to neutralize the opposition through the strategic use of public machinery and resources within the state of exception, playing a crucial role in ensuring ARENA's electoral victories in the 1976 and 1978 municipal elections, while also influencing national electoral legislation until 1984. The study highlights how political control in the interior of Amazonas was structured to ensure the maintenance of an elite in power, exploiting local arrangements and opposition crises.

Keywords: Military Dictatorship; Electoral Legislation; Operation Ajuricaba.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Amazonas. Professor da Secretaria Municipal de Educação, Membro do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia - LABUHTA. Email: thiagorochahistoria@gmail.com.



Introdução

Diante da ditadura militar brasileira, mais especificamente em sua segunda metade, a partir do governo Ernesto Geisel (1974–1979), o novo chefe do Executivo estadual, Henocho da Silva Reis (1907–1998), emergiu como uma figura discreta nos círculos decisórios, pouco associada à linha de frente da política tradicional das elites locais. Até que se dissipassem a estranheza e desconfiança associada ao seu nome, ele foi alvo da antipatia de veículos e agentes dominantes da imprensa local, acostumados a ditar ritmos e termômetros populares no que tange a ocupação das cadeiras políticas na capital².

Em um período onde a oposição emedebista havia conquistado postos majoritários no “front” legislativo, capazes de ameaçar ou mesmo vetar projetos do Executivo, o presidente Ernesto Geisel passou por cima das elites locais e lançou uma estratégia que pouco se estudou na história recente do Amazonas. A nomeada “Operação Ajuricaba” iniciou-se no final do primeiro semestre do seu mandato e foi decisiva na eleição municipal de 1976 e 1978, além de influente na construção de uma legislação nacional que marcou os pleitos subsequentes até 1984. Este artigo tem como objetivo contar um pouco sobre esta estratégia, aplicada a alguns municípios do interior do Amazonas e que, junto à crise de articulação do MDB local, foi responsável pela vitória da ARENA em circuitos onde a oposição, embora legítima, estava ampliando sua base popular.

Contudo, para chegar às demandas dessa manobra, é importante adiantar alguns dados. A eleição de 1974 e as derrotas da ARENA, em grandes colégios eleitorais do país³, marcam um ponto de inflexão que indicava, além da queda de prestígio do próprio partido, um primeiro grande marco de impopularidade da ditadura, mesmo com todo o controle disponível através do AI-5 e a vitória avassaladora em 1970⁴. Vários fatores contribuíram para essa derrocada, mas é

² QUEIROZ, Thiago Rocha de. *A charge do Miranda: espectros cômicos e processos humorísticos na ditadura amazonense (1973–1976)*. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. P. 191

³ Em cadeiras do Senado, o MDB venceu 16 das 22 em disputa. Destaque para as vitórias de Orestes Quercia (SP), Tancredo Neves (MG), Paulo Brossard (RS), José Richa (PR) e Marcos Freire (PE). Em Manaus, apesar da vitória da legenda e da elogiada oratória, o senador Evandro Neves Carreira não obteve trajetória semelhante aos demais, tendo inclusive grande simpatia com alguns setores das cúpulas militares.

⁴ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais, Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. Em 1970 os votos nulos chegaram a 9,35% e os brancos a 20,91%. Em alguns estados o MDB sequer apresentou candidatos.



importante não perder de vista o fortalecimento gradual dos núcleos e diretórios da oposição por todo o país⁵. No Amazonas, diante do fracasso inédito e televisionado da ARENA, a vitória de Evandro Carreira (MDB) para o senado e a conquista da grande maioria das cadeiras na Assembleia Legislativa⁶ promoveu certo otimismo aos líderes da oposição, além de uma angustiante incerteza quanto às tratativas possíveis entre os eleitos mais inflexíveis. Após a negociação interna que enfraqueceu a candidatura do deputado Natanael Rodrigues⁷ ao cargo de direção da ALEAM⁸, José Cardoso Dutra⁹ foi eleito presidente da Assembleia, promovendo intenso desconforto entre membros da ARENA, em especial o deputado Domingos Sávio¹⁰, um dos seus grandes opositores durante o mandato.

Apesar das vitórias nas urnas, o caso “Watergate Municipal”¹¹ promoveu um profundo desgaste interno da legenda em um ano decisivo para a oposição. Ganhando enorme destaque através da imprensa local, o desfecho, onde o presidente da Câmara Ruy Adriano (MDB) foi absolvido das acusações de

⁵ CARVALHO, Alessandra. *Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*. Varia História, Belo Horizonte, Vol. 28, nº48, p. 555-572: jul/dez 2012. A autora faz um excelente levantamento dos fatos e literaturas sobre esse processo.

⁶ QUEIROZ, Thiago Rocha. *O humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1975)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. 2013.

⁷ Existem poucos dados sobre a trajetória de Natanael Bento Rodrigues, candidato mais votado da eleição de 1974. Contudo, através das publicações do *Jornal do Comércio* entre 1946 e 1975, encontra-se um alistamento militar, em agosto de 1946; a vice-presidência da Fundação Amazônia, fevereiro de 1960; uma candidatura através do PSB, em julho de 1963; a transferência para o PTB, em agosto de 1963; candidatura através do MDB, em agosto de 1966; cargo de deputado estadual em 1967, 1970 e 1974. Natural de São Paulo de Olivença (AM) foi casado com Maria Julia de Melo Rodrigues, falecida em 2012. Segundo dados do site *Family Search*, nasceu em 4 de março de 1927 e, segundo o cadastro nacional de falecidos, veio a óbito em 30 de março de 2020. Na última legislatura, foi o deputado estadual mais votado nas eleições de 1974, com 12.998 votos, correspondendo a 7,48% dos votos válidos.

⁸ *Jornal A Crítica*, 2 de fevereiro de 1975. *Natanael atende a apelo e Dutra é eleito presidente*. P. 02.

⁹ José Cardoso Dutra (Barreirinha, 18 de julho de 1937 – Brasília, 6 de janeiro de 2022) foi um advogado e político brasileiro com destacada atuação no estado do Amazonas

¹⁰ Com poucos dados públicos, o deputado Domingos Sávio Ramos de Lima foi jornalista de profissão e compôs a bancada estadual da ARENA em 1974. Segundo Rafael Benzecry (2015), em pesquisa sobre as turmas do curso de direito da UFAM entre 1959 e 2013, o nome do político consta na turma formada em dezembro de 1967. Segundo a certidão de óbito, faleceu em 9 de setembro de 2011, aos 69 anos.

¹¹ QUEIROZ, Thiago Rocha de. *A charge do Miranda: espectros cômicos e processos humorísticos na ditadura amazonense (1973-1976)*. 2024. Op. Cit. P. 306-333. Episódio onde o vereador e líder da oposição Fábio Lucena (MDB) promoveu um intenso esforço para destituir o colega de bancada Ruy Adriano (MDB) da presidência da Câmara Municipal. O caso recebeu esse nome pelo jornal *A Crítica* em virtude do paralelo com o escândalo Watergate, envolvendo crimes de espionagem que levaram a renúncia do presidente Richard Nixon nos Estados Unidos em 1973.



corrupção após negociação interna, enfraqueceu núcleos simpatizantes na capital e promoveu uma rearticulação das estratégias arenistas, além da inserção de novos personagens políticos no jogo eleitoral de 1976.

A Operação Ajuricaba

Por detrás dessa disputa interna e do sensacionalismo promovido pelo jornal *A Crítica* sobre as batalhas entre Ruy Adriano e Fabio Lucena, o governador Henocho Reis passou o segundo semestre de 1975 trabalhando na campanha de promoção política do partido, atuando em pontos onde a fragilidade da ARENA esteve mais exposta no pleito anterior. Embora a escolha de Geisel por Henocho Reis contrariasse os arranjos tradicionais das lideranças locais, acostumadas a dominar o cenário político estadual, sua assertividade se evidenciou na implementação de projetos voltados ao interior já nos primeiros meses de gestão¹².

Assim, desde junho de 1975, Henocho Reis iniciou uma estratégia ousada de deslocar, de dois em dois meses, o governo estadual para os municípios distantes da capital, onde permanecia em torno de dois a três dias. Chamada de Operação Ajuricada¹³, 10 dias antes da sua chegada, uma equipe de técnicos e universitários visitava o município da agenda, fazendo, em tese, um levantamento de dados sobre as necessidades da região. Na prática, temendo as eleições estaduais de 1978, Henocho Reis começou o seu mandato já como cabo eleitoral da ARENA, infiltrado nos interiores, sondando, promovendo e interferindo na criação de núcleos de oposição. As intervenções da “Operação” em vários municípios do Amazonas, destituindo líderes locais e colocando políticos de sua confiança, destacam um esforço coordenado do governo federal em diluir a oposição ainda em sua gênese.

Apesar da pouca experiência partidária¹⁴, Henocho Reis fez parte de uma elite de magistrados que observava de perto a trajetória dos agentes políticos do

¹² Jornal do Comércio, 13 de junho de 1975. *Rondon abre a inscrição para a Operação Ajuricada*. P. 03.

¹³ Não encontrei registros sobre a escolha desse nome. Curiosamente, a liderança de etnia Manau é utilizada em episódios históricos como referência de resistência. O governador Henocho Reis, ao contrário, expandia sua influência sobre os municípios distantes mais como um “colonizador” político e agente do poder. Se havia a luta contra alguma resistência, a ação vertical era, ironicamente, de cima para baixo.

¹⁴ Jornal do Comércio, 27 de abril de 1941. P. 01. Os registros sobre o início da carreira de Henocho Reis são bastante escassos. Segundo o site da câmara municipal de Manacapuru, o magistrado foi prefeito do município no período entre 1945 e 1947. Contudo, através do Jornal do Comércio é



Amazonas. A indicação de um magistrado da cidade de Manacapuru (AM), próximo de Álvaro Maia, além de representar uma estratégia de apelo popular, configurou-se como uma escolha bem-sucedida do poder executivo federal — mesmo que a contragosto das elites amazonenses dominantes nesse contexto. Como extensão do Projeto Rondon, em publicação no *Jornal do Comércio*, o programa da “Operação” foi promovido com as seguintes metas.

Com o objetivo de levar efetivamente aos municípios amazonenses o desenvolvimento econômico e social, no afã de auxiliá-lo e levá-lo ao interiorano, com mão de obra universitária o progresso e a civilização, através de operações eficazes, foi criado pelo Governo do Estado em convênio com o Projeto Rondon, a Operação Ajuricaba, que representa o deslocamento de recursos humanos e técnicos para o interior, na solução de seus problemas. O projeto Operação Ajuricaba apresentado pelo Governador Henocho Reis na Coordenação Geral do Projeto Rondon, mereceu os maiores aplausos e foi imediatamente distribuído como um modelo, à todas Delegacias dos Estados, como proposições para estudo de aplicação.

A Operação Ajuricaba representa uma união de recursos técnicos do Governo do Estado, com a experiência do Projeto Rondon, visando levar ao interior programas de prevenção, educação, desenvolvimento comunitário, pesquisas, apoio administrativo e assessoramento técnico, oferecendo ao homem do interiorano meios de subsistência, de permanência em suas cidades, evitando o êxodo para a capital e que originou o surgimento de favelas, fenômeno acontecimento em todo o país¹⁵

Diante dessas articulações que trazem conexões políticas desde o fim do Estado Novo, a nomeação de Henocho Reis pode ser também compreendida à luz de Pierre Bourdieu, como uma operação no interior do campo político, no qual os agentes disputam posições a partir dos capitais simbólicos, sociais e institucionais de que dispõem. Ao converter seu capital jurídico e sua legitimidade moral em capital político, Henocho reposicionou-se estrategicamente no espaço de poder, em um movimento que revela tanto a lógica do habitus de campo quanto as tensões locais entre elites tradicionais e o poder central¹⁶.

Diante do receio de perder o controle das zonas marginais de Manaus, vale destacar que houve ainda outro projeto nessa linha, porém desenvolvido para as áreas carentes da capital. A *Operação Manaus* consistia na visita de bairros distantes ou com urbanização parca, buscando sondar problemas e promover, em

possível encontrar registros de formatura da sua turma de bacharelado em abril de 1941. Outro dado importante também o situa junto a projetos e parcerias com o interventor Álvaro Maia. A matéria do periódico, datada de 27 de junho de 1944, já o cita como prefeito da cidade.

¹⁵ *Jornal do Comércio*, 31 de maio de 1975. *Ajuricaba vai ajudar todo o nosso interior*. P. 04.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.



tese, atendimentos às demandas mais latentes das zonas periféricas. Em entrevista ao *A Crítica*, em 14 de julho, Henoch Reis respondeu sobre a duração destes programas “sociais”, deixando escapar suas finalidades.

- Estas operações se estendem até novembro? Perguntou um repórter
- Não apenas até novembro, pois é um programa social, e não somente político. Mas não é possível que, depois disso, a gente perca as eleições
- Concluiu o Governador¹⁷.

A declaração pública de que agia no interior com finalidades políticas desde o começo do mandato, expõe certo desespero da ARENA em realizar, com urgência, campanhas personalistas em comunidades distantes e zonas ribeirinhas, estabelecendo laços de contato com lideranças locais para além dos recursos de comunicação de massa disponíveis. Portanto, não bastava mais ter ao lado apenas os meios de comunicação, recursos de exceção e as elites dirigentes: era necessário copiar as estratégias do MDB nacional e se infiltrar nas comunidades antes que elas implodissem contra o descaso do governo.

A visita da comitiva nacional do MDB

Observando que Henoch Reis concentrava seus esforços nas comunidades do interior do Amazonas desde o segundo semestre de 1975 através do Projeto Rondon, Ulysses Guimarães e Laerte Viera realizaram uma caravana Norte e Nordeste que passou, pela primeira vez, nos municípios do Amazonas no dia 10 de janeiro de 1976. Essa visita foi altamente criticada pelo Ministro da Justiça Armando Falcão, servindo, inclusive, de casuísmo¹⁸ para estabelecer novas regras para o jogo eleitoral de 1976¹⁹. A coluna *Sim e Não*, espaço de opinião do jornal *A Crítica*, registrou essa movimentação.

Uma semana antes de o Governador Henoch Reis transferir a sede do Governo para o Baixo e Médio Amazonas, onde passará 10 dias, o presidente nacional do MDB, visitará vários municípios amazonenses,

¹⁷ Jornal *A Crítica*, 14 de julho de 1976. *Henoch garante vitória da ARENA*. P. 07.

¹⁸ BATISTELLA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 39, 2021. P. 259. Para o autor, após o crescimento eleitoral do MDB em 1974, os casuísmos se multiplicaram, com a “Lei Falcão”, o “Pacote de Abril” e a própria reforma de 1979 que determinou o fim do bipartidarismo visando à fragmentação da oposição.

¹⁹ Jornal *A Crítica*, 19 de janeiro de 1976. P. 04.



e, no seu retorno a Manaus, abrirá a campanha do partido em nosso Estado visando as eleições de novembro²⁰.

Na semana seguinte, Evandro Paranaguá, repórter correspondente do *A Crítica* em Parintins, publicou uma declaração onde foi possível tatear como essas movimentações políticas estavam sendo interpretadas no interior do Amazonas.

O fato de, pela primeira vez na história política do Amazonas, um presidente nacional de partido ter se deslocado das delícias e deleite do asfalto ao longínquo interior amazonense para dialogar com o eleitor, mostra a mudança que o MDB pretende impor na metodologia e na estratégia de sua campanha eleitoral, visando às eleições municipais de novembro próximo e buscando antecipadamente – antes que isso ocorra ou seja feito pela ARENA utilizando o seu poder de influência – a definição do eleitorado, que até então tem sido o grande trunfo arenista para compensar a desvantagem que leva em Manaus, onde o MDB é majoritário nas duas casas legislativas. Por outro lado, a viagem ao Amazonas do presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães e do líder partidário na Câmara Federal, Laerte Vieira, mostrou quais serão os temas prioritários da campanha eleitoral de 76, para a oposição, e quais as dificuldades que deverão ser enfrentadas e vencidas – principalmente em regiões distantes como o interior da Amazônia, onde as pressões e as ameaças a partidários emedebistas têm sido a tônica das administrações municipais – para que esta mantenha a seu favor a tendência revelada pelo eleitorado no pleito de 1974²¹.

Tentando se adiantar à presença de Henocho Reis aos municípios onde o MDB estava em ascensão, a visita de Ulysses Guimarães e Laerte Vieira ao interior do Amazonas gerou resistências imediatas do governo central, que logo se posicionou após as entrevistas que concederam à imprensa local. O prefeito de Parintins, Benedito Azedo²², foi inclusive acusado pela ARENA de “acender uma vela para deus e outra para o diabo”, em virtude da recepção honrosa que deu aos líderes nacionais do MDB na cidade²³.

Benedito Azedo é um caso curioso, já que, desde os anos 1950, fez parte regular de inúmeras convenções e colunas sociais junto a personagens tradicionais da elite amazonense. Assessor de políticos como Gláucio Bentes

²⁰ Jornal A Crítica, 6 de janeiro de 1976. Coluna *Sim e Não*. P. 04.

²¹ Jornal A Crítica, 13 de janeiro de 1976. *MDB muda estratégia, temas buscam definir eleitorado*. P. 02.

²² Benedito de Jesus Azedo (Parintins, 17 de fevereiro de 1934 – Manaus, 31 de julho de 2020) foi um jornalista, advogado e político brasileiro. Figurante em várias convenções e colunas sociais publicadas no Jornal do Comércio desde os anos 1950, o prefeito de Parintins, nomeado em 1973, foi filiado a ARENA.

²³ Jornal A Crítica, 14 de janeiro de 1976. Coluna *Sim e Não*. P. 04.



Gonçalves (PSD)²⁴ e José Esteves (ARENA)²⁵, em 1973, após filiar-se ao partido governista, recebeu indicação para ser prefeito de Parintins, cargo que ocupou até 1977.

Fig. 01²⁶



MDB: Churrasco em Parintins.

Contudo, sua presença aparece em uma convenção social do MDB em Parintins (sentado à direita), enquanto assessor do deputado federal José Esteves, que apesar de arenista no contexto, inicialmente foi filiado ao PTB. Ao que parece, as linhas de distinção política em 1970 estavam menos rigorosas no município, promovendo certa flutuação entre os lados do poder neste recorte, talvez pelo domínio arenista do último pleito. Cinco anos depois, uma foto pública como essa, em virtude do seu cargo de confiança e diante da crise política, seria pouco provável, muito menos uma cortesia a membros da comitiva federal de oposição ao governo.

Após a polêmica visita de Ulysses Guimarães, o primeiro órgão atacado pelo Ministério das Comunicações foi a *TV Amazonas*, ameaçada de perder sua

²⁴ Gláucio Bentes Gonçalves (Parintins, 13 de outubro de 1931 – 2 de dezembro de 2014) iniciou sua carreira política aos 24 anos, elegendo-se vereador de Parintins em 1956 pelo Partido Social Democrático (PSD). Exerceu o cargo de prefeito de Parintins por duas vezes. A primeira, de 1969 a 1972, e outra, dez anos mais tarde, de 1983 a 1988.

²⁵ José Raimundo Esteves (Maués, 14 de fevereiro de 1926 – 23 de janeiro de 1978) foi um destacado proprietário rural, jornalista e político brasileiro. Foi prefeito de Parintins, de 1959 a 1962; Deputado Federal, de 1963 a 1970; Senador pelo Amazonas, de 1971 a 1978.

²⁶ *Jornal do Comércio*, 21 de julho de 1970. *MDB: churrasco em Parintins*. P. 03. A matéria comenta: “O deputado Andrade Neto, candidato ao Senado pelo MDB, o Senador Edmundo Levy, que concorre a eleição, como também o deputado federal Joel Ferreira, incluíram no roteiro da visita que fizeram a Parintins no último sábado, o churrasco que o Boi Garantido promovia na oportunidade. Com eles ainda aparecem o advogado Benedito Azedo e o sr. Eduardo Garcia, do staff do deputado José Esteves”.



concessão por ter dado entrevista ao líder do MDB nacional no programa “Encontro com o povo”, que ia ao ar às sextas-feiras²⁷. No dia 17 de janeiro, o *A Crítica* publicou que o Ministro Armando Falcão iniciou a análise do comportamento das visitas da comitiva do MDB no Amazonas, buscando, caso encontrasse irregularidades, cassar o seu mandato²⁸. Dois dias depois, o *A Crítica* publicou que o Ministro da Justiça acionou um projeto para definir “as novas regras do jogo” eleitoral para o pleito de 1976²⁹.

Segundo o jornal *A Crítica*, a *TV Amazonas* ainda tentou argumentar que o quadro era apenas parte da programação e que poderia ser retirado do ar, não necessitando que seus 57 funcionários fossem demitidos por causa de um bloco. O programa era apresentado e produzido por Serafim Correa³⁰, que registrou ter sido apenas uma eventualidade, já que o entrevistado tratava sobre temas de interesse nacional. Segundo ele, Ulysses Guimarães não chegou a fazer referências a assuntos políticos. Restringiu-se a fazer críticas pontuais à política habitacional e econômico-financeira do governo no interior do estado, temas que já tinham sido previamente aprovados pela censura federal. O caso foi parar até no jornal parisiense *Le Monde*, como a matéria do *Jornal do Comércio* registrou:

Serafim no “Le Monde” – O “Le Monde” dedica espaço especial aos acontecimentos que se desenrolaram em Manaus com a vinda do deputado Ulysses Guimarães, fazendo menção principalmente às notícias veiculadas em São Paulo dando conta de que o Presidente do MDB teria sido censurado em Manaus, quando da sua apresentação no programa “encontro com o povo”, do Serafim Correa. Quem diria que um dia um programa de televisão de Manaus fosse comentado na Europa, e logo pelo “Le Monde”³¹.

Repercutindo internacionalmente, o caso de censura da comitiva, que se replicou também em outras cidades do Norte e Nordeste, era um indicativo do termômetro político que o ano de 1976 apresentava, demonstrando um temeroso desconforto do governo a cada movimento de peças no tabuleiro da política bipartidária.

²⁷ Jornal *A Crítica*, 17 de janeiro de 1976. *TV Amazonas ameaçada e punição*. P. 03.

²⁸ Jornal *A Crítica*, 17 de janeiro de 1976. *Ministro da Justiça vai analisar o comportamento de Ulysses Guimarães*. P. 06

²⁹ Jornal *A Crítica*, 19 de janeiro de 1976. *Falcão vai definir as regras do jogo*. P. 07.

³⁰ Apresentador do programa “Encontro com o povo” e presidente da Associação Profissional dos Economistas do Amazonas, além de coordenador de departamentos de estudo do Instituto Evaldo Logi (IEL).

³¹ *Jornal do Comércio*, 16 de janeiro de 1976. P. 02.



A intervenção em Manacapuru

A intensidade das reações do governo diante da presença da oposição no interior do Amazonas deixou alguns vestígios para exame. Desde julho o município de Manacapuru era alvo das intervenções do Poder Executivo, com pedido encaminhado à Assembleia do Estado em 10 de julho de 1975. Contudo, José Dutra temporizou e engavetou o pedido até o fim do recesso dos parlamentares, em agosto. O prefeito Raimundo de Oliveira e Silva³², com trajetória política construída através do PTB, alegou não ter conhecimento dos motivos alegados por Henoch Reis. A coluna *Leitura Obrigatória do Jornal do Comércio* ofereceu um pouco sobre o clima de acusações:

Um pedido de intervenção acarreta inúmeras tomadas de posição. Todas, é claro, repercutiriam negativamente para o governador do Estado, pois é ele a pessoa que, em nome do Estado, oficializaria a medida antipática. A intervenção em Manacapuru – segundo alguns políticos – não tem suporte legal para ser decretada. Primeiro: o motivo que seria alegado, ou seja, corrupção, não ficou provada nem pelo Tribunal de Contas, que julgou as contas da Prefeitura e aprovou-as inteiramente. Segundo: só se for por motivos políticos, e isso, é óbvio, foge à competência dos que acompanham a situação de camarote. Para que, então, se decretar um pedido de Intervenção? Afinal, o homem se distingue dos animais pela inteligência e não é possível que dela não queira fazer uso³³.

Apesar da estratégia e dos poderes atribuídos ao cargo de José Dutra enquanto presidente da Assembleia, o governador Henoch Reis utilizou do artigo 137 da Carta Magna Estadual e do argumento de que havia a “necessidade de moralizar a administração”, decretando assim a intervenção e nomeação do industriário Ary da Silva Antunes para o cargo de interventor por seis meses, período que, inclusive, foi prorrogado³⁴. No dia 25 de julho de 1975, por onze votos contra três, a Assembleia Legislativa aprovou a intervenção em

³² Existem poucos dados sobre a trajetória de Raimundo de Oliveira e Silva. Contudo, a Câmara Municipal de Manacapuru registrou sua morte em 15 de abril de 1988. Ele foi vereador, entre 1960 e 1963; prefeito do município durante o processo de golpe militar, de 1964 a 1968; e novamente, entre 1973 e 1976, quando foi deposto do cargo por Henoch Reis. Foi ainda vice-prefeito na gestão de Paulo da Cunha Freire, entre 1983 a 1988.

³³ *Jornal do Comércio*, 9 de julho de 1975. P. 02.

³⁴ *Jornal do Comércio*, 24 de julho de 1975. *Comissão rejeita parecer de Belo para intervenção*. P. 03



Manacapuru, baseando-se em denúncias não declaradas ao Ministério Público e sob o argumento de irregularidades na administração de Raimundo de Oliveira³⁵.

Dentre as intervenções ocorridas no interior do estado, Raimundo de Oliveira foi o primeiro alvo de Henoch Reis, seu conterrâneo. Enquanto vereador foi um dos principais adversários do prefeito Edmundo Selfair, protocolando denúncias de irregularidade fiscal, pagamentos e improbidade administrativa³⁶. Nos primeiros anos de ditadura militar, já como prefeito³⁷, Raimundo de Oliveira denunciou arbitrariedades cometidas por policiais nomeados pelo governo. A seu pedido, o *Jornal do Comércio* publicou um dos casos:

As primeiras horas da noite de ontem, estive em nossa redação o sr. Raimundo de Oliveira e Silva, prefeito de Manacapuru, que solicitou publicássemos o seu protesto veemente contra o delegado de Polícia daquela cidade, sr. Raimundo Rodrigues, que está cometendo as mais torpes arbitrariedades. Esclareceu o prefeito Raimundo de Oliveira e Silva que o referido delegado foi nomeado após a revolução e está com cinco meses à frente da Delegacia de Polícia de Manacapuru, não remetendo nenhum processo à justiça, pois todos os crimes, como defloramento e até mesmo estupro, são resolvidos sumariamente pelo próprio delegado, que vive alcoolizado³⁸.

A matéria declarou ainda que o gestor sofreu ameaças de morte, além de perseguições dentro da sede da prefeitura. Vale registrar que, em seu primeiro mandato, Raimundo de Oliveira participou ativamente dos projetos que levaram a execução da obra que ligou Manaus, Manacapuru e Cacaú Pereira, a rodovia AM-3³⁹, chamada na inauguração de Manoel Urbano. Hoje ela contempla a ligação entre a capital, Iranduba e Manacapuru, sendo atualmente denominada como AM-070. O início das obras data de 1959 e, em janeiro de 1966, houve a solenidade de inauguração, com a presença do Governador Arthur Reis⁴⁰. Portanto, com mais de 10 anos de atividade pública, ligações com o PTB, denúncias contra o autoritarismo e políticas públicas de integração, o que

³⁵ *Jornal do Comércio*, 25 de julho de 1975. *Cai o prefeito com a intervenção aprovada*. P. 01

³⁶ *Jornal do Comércio*, 3 de abril de 1963. *Funcionários e vereadores não recebem há 2 anos*. P. 06.

³⁷ Raimundo de Oliveira era o prefeito de Manacapuru no contexto do golpe de 1964. Ainda assim conseguiu se manter no poder até 1967, quando foi deposto e substituído por Jamil Seffair.

³⁸ *Jornal do Comércio*, 19 de fevereiro de 1965. *Delegado de Polícia está cometendo arbitrariedades*. P. 08.

³⁹ Criado em 1961, o Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DERAM) foi um órgão governamental estadual responsável pela implantação, manutenção e fiscalização das rodovias e estradas no estado do Amazonas, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980.

⁴⁰ *Jornal do Comércio*, 4 de janeiro de 1966. *A conquista da Terra firma. Governador Arthur Reis inaugurou mais uma rodovia levando o progresso ao município de Manacapuru*. P. 05.



certamente lhe geraram popularidade, a escolha da primeira intervenção de Henocho Reis com a *Operação Ajuricaba* teve uma justificativa escancaradamente política, já que, sem provas, não houve necessidade do poder público de declarar justificativas para o uso do AI-5. Curiosamente, pelo tipo de atuação e popularidade, o nome de Raimundo de Oliveira, logo após o desligamento do cargo, foi cogitado pelo MDB para as eleições de 1976. Ele só voltaria mais tarde à política em 1983, como vice-prefeito de Paulo da Cunha Freire, após o fim do AI-5.

Lei Falcão: ações, reações e relações

De volta ao episódio envolvendo Ulysses Guimarães, outro veículo que, a partir desse caso começou a ser investigado, foi o rádio. Em decorrência da entrevista, o DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações) requereu às rádios Iracema de Aratu (CE) e a Rio-Mar (AM) que entregassem as fitas gravadas do dia 16 de janeiro para incorporar ao processo encaminhado contra o MDB. A ideia era encontrar um furo para enquadrar as lideranças na Lei de propaganda eleitoral, que só estava liberada 90 dias antes do pleito.

No dia 18 de janeiro, o vereador Fábio Lucena (MDB) se posicionou sobre o caso, registrando que se Ulysses Guimarães sofresse qualquer punição pelas atividades que estava fazendo pelo país, sem que lhe fosse dado direito de defesa, *era melhor dissolver o MDB como partido*⁴¹. O vereador fez um levantamento de casos anteriores onde membros da ARENA, como Jarbas Passarinho e Dinarte Mariz, fizeram comentários piores e sequer foram questionados pelo Ministério da Justiça. No mesmo dia, foi declarado pelo DENTEL que o governo não iria punir Ulysses⁴², pois não foi achado nada consubstancial que lhe enquadrasse na lei.

A visita de Ulysses Guimarães ao Norte e Nordeste, na primeira quinzena de janeiro de 1976, iniciou uma nova dinâmica partidária no país, pois deu base para um casuísmo político⁴³ que promoveu o projeto da Lei nº 6339/76,

⁴¹ Jornal A Crítica, 18 de janeiro de 1976. *Fábio Lucena: Constituição só existe para o partido do Governo*. P. 03.

⁴² Jornal A Crítica, 18 de janeiro de 1976. *Governo não vai punir Ulysses*. P. 03.

⁴³ BATISTELLA, Alessandro. A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 39, 2021. P. 259. Para o autor, após o crescimento eleitoral do MDB em 1974, os casuísmos se multiplicaram, com a “Lei Falcão”, o “Pacote de Abril” e a própria reforma de 1979 que determinou o fim do bipartidarismo visando à fragmentação da oposição.



definindo mudanças em relação às propagandas eleitorais transmitidas por televisão e rádio no território brasileiro. A Lei Falcão foi aprovada no dia 1 de julho, sob ampla rejeição da oposição e entrou em vigor no dia 5. Para compreender as motivações políticas por detrás do casuísmo do ministro Armando Falcão, proponho um breve quadro das notícias da imprensa amazonense sobre os antecedentes do projeto. A proposta evidencia uma correlação sistemática entre as ações do governo e a visita da comitiva ao Amazonas.

Quadro 01 ⁴⁴		
Cronologia do casuísmo entre Armando Falcão e Ulysses Guimarães		
Data	Tema	Fonte
13.06.1975	Projeto RONDON lança edital sobre a Operação Ajuricaba. Primeira visita Manacapuru,	Jornal do Comércio
23.07.1975	Operação Ajuricaba chega a Coari	Jornal do Comércio
26.07.1975	Operação Ajuricaba estabelece Ary Antunes como primeiro interventor em Manacapuru. MDB foi contra.	Jornal do Comércio
05.08.1975	Primeiro relatório sobre a Operação Ajuricaba em Coari	Jornal do Comércio
24.09.1975	Operação Ajuricaba se direciona para Parintins	Jornal do Comércio
25.11.1975	Operação Ajuricaba anuncia a passagem por Itacoatiara	Jornal do Comércio
12.12.1975	Operação Ajuricaba se lança para o baixo-amazonas Itacoatiara é definida como sede para a operação	Jornal do Comércio
03.01.1976	Henocho Reis e Bosco Lima se reúnem para definir os planos da operação para 1976	Jornal do Comércio
08.01.1976	Operação Ajuricaba se direciona para Itacoatiara na segunda quinzena de janeiro	Jornal do Comércio
09.01.1976	Ulysses Guimarães chega ao Amazonas para divulgar campanha do MDB Entrevista coletiva a imprensa e a Assembleia Legislativa Intervenção em Manacapuru continua	Jornal do Comércio Jornal A Crítica
10.01.1976	Chegada da comitiva do MDB em Itacoatiara Prefeito de Manacapuru é cassado (Raimundo Silva)	Jornal do Comércio Jornal A Crítica
11.01.1976	Chegada da comitiva do MDB em Parintins	Jornal do Comércio
12.01.1976	Concentração na sede do Nacional Futebol Clube Transmissão pela rádio Rio-Mar	Jornal do Comércio
13.01.1976	Ernesto Geisel chega no Amapá	Jornal do Comércio
14.01.1976	Ulysses Guimarães fica mais um dia em Manaus para não conflitar com a presença de Ernesto Geisel	Jornal do Comércio
15.01.1976	TV Amazonas é ameaçada pelo Ministério das Comunicações por dar espaço a Ulysses Guimarães Henocho instalado em Itacoatiara pela Operação Ajuricaba	Jornal A Crítica

⁴⁴ Quadro baseado nas notas de imprensa local.



16.01.1976	MDB bate de frente contra a intervenção em Manacapuru	Jornal A Crítica
17.01.1976	Radio Rio-Mar suspensa temporariamente por cobrir evento do MDB TV Amazonas ameaçada de punição Jingles do MDB são proibidos pela polícia em Recife	Jornal A Crítica
18.01.1976	Fabio Lucena se posiciona sobre a ameaças do Governo a Ulysses Guimarães Governo decide não punir Ulysses Guimarães	Jornal A Crítica
19.01.1976	Ministro Armando Falcão declara: “vai definir as regras do jogo eleitoral”	Jornal A Crítica
20.01.1976	Ulysses apresenta sua defesa e argumenta que não antecipou campanha Após a declaração de Falcão, o MDB protesta sobre o projeto de limitação publicitária	Jornal A Crítica
21.01.1976	De volta a São Paulo, Ulysses declara que o partido sofre discriminação e censura a meios de comunicação no Norte e Nordeste	Jornal A Crítica
23.01.1976	Falcão adverte que haverá novas normas para a eleição de novembro de 1976	Jornal A Crítica

Sequência de eventos: das primeiras intervenções às primeiras menções do projeto de lei

Sobre esse debate, aqui levantado apenas para ilustrar o processo de instrumentalização jurídica aplicado à oposição, um trabalho a parte está sendo desenvolvido. Por hora, é importante destacar que autores como Carlos Fico⁴⁵, Jorge Ferreira⁴⁶ e Elio Gaspari⁴⁷, para citar apenas os mais veiculados, apontam que recursos legais de censura estavam, de fato, ativos desde 1967, a partir da Lei de Imprensa n.º 5.250/1967. Embora os autores citem que houvesse uma tendência de reformulação e atualização de alguns recursos do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão federal subordinado ao Departamento de Polícia Federal (DPF) e, portanto, ao Ministério da Justiça, eles não apresentam um conjunto de eventos que levaram a imediata atualização desses instrumentos. Nos autores pesquisados até o momento, esse aspecto é tratado como uma tendência que poderia acontecer de acordo com a demanda e não como um projeto, tal como foi conduzido objetivamente pelos dados do quadro. Portanto, tais registros evidenciam a estreita relação entre a passagem da comitiva pelo Amazonas e as decisões imediatas do ministro da Justiça, que

⁴⁵ FICO, Carlos. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. Topoi - Revista de História, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 91–116, jul./dez. 2001.

⁴⁶ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário – ditadura militar e redemocratização (1964–1985). 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁴⁷ GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada: o sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



reagiu com medidas de retaliação à oposição logo após sua presença no interior do estado.

Dentre os municípios que o MDB tinha maior influência, Itacoatiara e Parintins foram prioridades da equipe visitante. O governador Henoch Reis já havia anunciado que uma base da *Operação Ajuricaba* seria instalada exatamente no núcleo da oposição, na segunda quinzena de janeiro. Se antecipando, Ulysses Guimarães e Laerte Viera chegaram primeiro à cidade, causando imediatamente, a partir do dia 14, as reações dos Ministérios da Comunicação e da Justiça, punindo severamente qualquer órgão de imprensa que tivesse apoiado a oposição na comitiva. Logo em seguida, após as declarações do Ministro da Justiça, Armando Falcão, sobre a necessidade de mudar as regras do jogo eleitoral, a oposição teve o primeiro vislumbre do que viria a ser, em julho, a lei que restringia o acesso às sensações e individualidades promovidas por seus candidatos em debates abertos. Tão importante quanto calar o MDB, era não dar a responsabilidade da palavra aos candidatos despreparados da ARENA.

Um dos intuitos de Ulysses Guimarães no interior do Amazonas era registrar a realidade das comunidades enquanto evidência sobre o descaso do Estado brasileiro nessas regiões. O *Jornal do Comércio*, impressionado com o planejamento, registrou que:

A comitiva de Ulysses Guimarães é bastante numerosa já que é constituída de vários jornalistas que cobrem o setor político para diversos órgãos. São representantes do *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Jornal de Brasília*, *Correio Brasiliense*, *Folha de São Paulo*, *Veja* e o *Estado de São Paulo*. A imprensa local, através de seus representantes, acompanhará a comitiva do Presidente Nacional do MDB, que, segundo o deputado Joel Ferreira da Silva, Presidente do Diretório Regional, obedecerá a um horário rigoroso. Tudo está devidamente cronometrado a fim de que não haja atraso de maneira alguma, evidenciando uma perfeita organização⁴⁸.

É possível deduzir que os produtos registrados na caravana que cobriu o Norte e o Nordeste seriam anexados aos discursos e publicidades de TV, promovendo uma crítica contundente à ditadura militar no eixo onde ela se achava mais forte: os aspectos econômicos. Com a Lei Falcão, todo esse material tornou-se inútil, já que a publicidade censurada não alcançava os gatilhos e

⁴⁸ *Jornal do Comercio*, 9 de janeiro de 1976. *Ulysses Guimarães chega hoje para lançar campanha do MDB*. P. 03.



sensações dos emergentes telespectadores. Sobre estas sensações, é importante agregar um dado levantado por Sérgio Mattos⁴⁹, onde este aponta que, de 1969 a 1979, a venda de televisores preto e branco cresceu cerca de 24%. Esse processo foi acelerado no Amazonas em virtude da Zona Franca de Manaus, que promovia tanto a popularização do aparelho quanto o projeto político anexado a ele. A partir de 1968, o governo abriu concorrência para a exploração comercial de mais uma emissora de TV no Amazonas. Nessa senda, a empresa *Amazonas Publicidade Ltda*, gerenciada pelos jornalistas Phelipe Daou e Milton Magalhães, entrou na disputa, fechando parcerias com a SUFRAMA, Exército e empresários locais. Foi o princípio da *Rede Amazônica*, conglomerado que domina a mídia na região Norte há mais de 45 anos⁵⁰.

Considerações finais

Portanto, as ligações entre a *Operação Ajuricaba*, a visita de Ulysses Guimarães ao interior do Amazonas e a reverberação, nacional e internacional, desse evento, podem estar associadas à demanda emergencial de um decreto que impactou diretamente a vida política de todo o país em julho de 1976. Dentro da historiografia mais veiculada sobre esse recorte de abertura política, não se encontram cadeias sistemáticas que, de maneira imediata, justifiquem o impulso da criação da Lei Falcão em apenas 6 meses. Pela cronologia dos fatos apresentados no quadro, pode se observar uma ligação, estreita e sequencial, entre os eventos que se estenderam pelo Norte e Nordeste do país.

Quanto aos efeitos da Operação Ajuricaba em Manacapuru e outros municípios, a pesquisa é longa e ainda está em curso. Contudo, vale destacar a denúncia e a importância de oferecer um primeiro passo sobre este tema, colaborando na atualização dessa imagem filtrada que a ditadura militar mantém na região norte, lembrada com a brandura de um instrumento sóbrio e desenvolvimentista. Ela esconde, através de estratégias políticas como a de Henocho da Silva Reis, que hoje, inclusive, dá nome ao fórum de justiça do estado, os caminhos autoritários que o poder executivo federal utilizou para se manter no

⁴⁹ MATTOS, Sérgio. *História da Televisão Brasileira. Uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 83.

⁵⁰ CABRAL, Eula Dantas Taveira. *O poderio da Rede Amazônica de Rádio e Televisão no norte do Brasil*. Intercom. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2013. P. 05.



poder, abrindo possibilidades para entender as dinâmicas partidárias da cidade e suas reverberações na política nacional. Diante do fracasso da ARENA em 1974 e o medo de uma derrota em 1976, as operações do juiz, professor, ministro e governador devem ser lembradas como foram, como uma aula de censura, arbitrariedade e ilegalidades “justificadas”.

Data de submissão: 21/12/2024

Data de aceite: 20/02/2025

Bibliografia:

BATISTELLA, Alessandro. *A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), vol. 39, 2021. P. 259.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. *O poderio da Rede Amazônica de Rádio e Televisão no norte do Brasil*. Intercom. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2013. P. 05.

CARVALHO, Alessandra. *Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970*. Varia História, Belo Horizonte, Vol. 28, nº48, p. 555-572: jul/dez 2012.

¹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário – ditadura militar e redemocratização (1964–1985)*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

¹ GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MATTOS, Sérgio. *História da Televisão Brasileira. Uma visão econômica, social e política*. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 83.

QUEIROZ, Thiago Rocha de. *A charge do Miranda: espectros cômicos e processos humorísticos na ditadura amazonense (1973–1976)*. 2024.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais, Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. ¹ FICO, Carlos. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. Topoi - Revista de História, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 91–116, jul./dez. 2001.

